GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano
CONSELHO SUPERIOR
ATA DA 167ª REUNIÃO

Às quinze e trinta horas do dia 19 de maio de dois mil e vinte e dois, na sala de Reuniões da Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade - Seas, sito à Av. Venezuela nº 110 – 2º andar, na Capital do Estado, ocorreu a 167ª Reunião do Conselho Superior do Fecam, em caráter ordinário. Estavam presentes o Sr. Philipe Campello Costa Brondi da Silva, presidente do Instituto Estadual do Ambiente – Inea que presidiu o Conselho, substituindo, em caráter extraordinário, o Presidente do Conselho Sr. José Ricardo Ferreira de Brito, Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, os Conselheiros Suplentes: Andrea Galhego representante da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – Firjan**,** o Sr. Allan Cristiano dos Santos da Secretaria de Estado da Fazenda – Sefaz e Sr. Markus Wolfjdunkell Budzkz da Apedema. Participaram ainda, desta Reunião, a Sra. Maria das Graças Andrade Superintendente da Supfip Superintendente de Fundos de Interesse Público – Supfip/Subexe/Seas, a Sra. Milena Almeida Suhett, Coordenadora do Fecam, e as Sras. Kamylla Ribeiro Machado, Gabriela Carrero Ribeiro e Eliana Cardoso de Almeida, todas da Coofecam/Supfip/Seas, o Sr. João Vicente de Matos Rocha da Diretoria de Recuperação Ambiental do Inea, e, ainda, a Sra. Ana Asti Subsecretária de Recursos Hídricos e Sustentabilidade/Seas, Sr. Fábio Donato de Almeida Tardim e Rayne M. Ferretti Moraes da Organização Social ONU-Habitat. **1 - Abertura**: O Presidente do Conselho abriu a reunião saudando a todos, comunicando que está pedindo vistas do Projeto Implantação do Sistema de Drenagem e Pavimentação da Comunidade do Bairro de Vila Claudia no município de Belford Roxo, informando que o projeto deverá ser apreciado numa pauta futura, passando ao **item 1 da pauta** – **Deliberação da ata 166ª Reunião do Conselho Superior do Fecam**, perguntando aos Conselheiros Andrea e Allan se tinham alguma observação a fazer e como os Conselheiros não tinham nenhum comentário considera a ata aprovada. Em seguida, passa ao **item 2** da pauta **– Deliberação de novos projetos**. **2.1 – Proponente: Seas/Subrhes – Projeto "Rio Inclusivo e Sustentável" – Valor: R$ 8.728.428,66 – Prazo: 40 meses – Processo: SEI-070026/000688/2022,** que será apresentado pela Subsecretária Ana Asti da Seas/Subrehs, que cumprimenta a todos e inicia sua explanação informando que irá apresentar um projeto que é um marco para a pauta ambiental. Este projeto nasce do processo de construção do que é a Agenda 2030 enquanto política pública do Estado. O Estado vem desenvolvendo uma série de ações para, efetivamente, concretizar a Agenda 2030. E no ano passado, prossegue, foi criada a Comissão Estadual dos ODS e a partir da Comissão foram criadas duas ferramentas importantes, o Observatório dos ODS que teve recurso aprovado no Fecam e vem sendo desenvolvido em conjunto com a Seplag e o Ceperj e o próximo PPA 2024/2027 que será construído com base nos ODS, tendo em conta a Comissão Estadual que vem capitaneando este processo. E foi sentido falta de como levar este projeto da Agenda 2030 para um contato direto com os municípios, como fazer com que essa política pública alcançasse os 92 municípios do Estado. E como se trata de uma Subsecretaria falando de recursos hídricos e temas relacionados à questão climática e a questão da resiliência das cidades, que é uma expertise do nosso parceiro, que ajudou a construir este projeto trazendo metodologia que é a ONU-Habitat e estará conversando aqui sobre o projeto. Este Projeto, quando começou o desenvolvimento da política da Agenda 2030 no Estado, foi criada uma iniciativa, a Rio 2030, que foi lançada em novembro de 2021 na Marina da Glória junto com a criação da Comissão Estadual. Este ano são os 30 anos da Rio-92, então, é colocar em ação os objetivos do desenvolvimento sustentável. O Observatório vai ajudar a entender onde se está hoje e aonde se quer chegar. Mas para isso precisa trazer esta tecnologia não só para dentro do Estado, mas para os municípios. No dia 22 de março no Cristo Redentor, onde foi feita a abertura da Rio 2030, foi assinado um Memorando de Entendimento com a ONU-Habitat, com a presença do Diretor Regional para a América Latina, o Governador do Estado e do ex-Secretário de Estado Thiago Pampolha. E a partir desse Memorando iniciou-se as ações com a ONU-Habitat no sentido da Agenda 2030, mais, especificamente, da Agenda Urbana, o ODS 11, a questão das cidades resilientes, cidades sustentáveis. O Estado tem um programa

chamado Metrópole Sustentável e a Rayne, que é Oficial do Brasil para a ONU-HABITAT, foi convidada a ajudar a elaborar este projeto, que trouxesse esse diálogo da Agenda 2030, que se pudesse realmente envolver os municípios, porque para se alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável, o estado não vai trabalhar sozinho e para que isso aconteça, precisa-se chegar na ponta. Chegar nos municípios e, em especial, precisa engajar, dialogar com a sociedade, com todos os atores da sociedade. Então, a ONU-Habitat foi convidada a apoiar na construção deste projeto o Rio Inclusivo e Sustentável. A Subsecretária finaliza, chamando a Sra. Rayne, responsável pela ONU-Habitat no Brasil para fazer a apresentação do projeto. A Sra. Rayne cumprimenta a todos, agradece o convite para apresentar a proposta de projeto que foi construída com a Subsecretária Ana, coletivamente com o Governo do Estado, ajudar a pensar na metodologia, nos objetivos, no escopo do projeto. A Sra. Rayne continua agradecendo ao Presidente pela oportunidade de apresentar o projeto. Esta proposta nasce justamente no âmbito deste contexto do Estado do Rio de Janeiro, um Estado importante no país, com uma densidade demográfica muito grande, sendo o segundo Estado com a maior densidade demográfica, ou seja, pessoa por km², o terceiro mais extenso do país, com muitas oportunidades, uma economia pujante, mas com imensos desafios socioambientais, desafios relacionados a igualdade social, a gestão das bacias, dos recursos hídricos, do saneamento, tendo, então, um longo caminho a percorrer. A proposta do projeto é justamente trabalhar, trazendo uma abordagem a partir dessas agendas globais de desenvolvimento, que são negociadas no âmbito das Nações Unidas para o território do Rio de Janeiro. O que é, então, o projeto Rio Inclusive e Sustentável, é um projeto que busca gerar novos conhecimentos, entendendo que os problemas são conhecidos, os desafios e algumas possíveis soluções e que ainda precisa-se trabalhar buscando novas soluções e estratégias e conhecimentos para trabalhar o desenvolvimento urbano sustentável no Estado a partir do tripé da economia, o tripé social ambiental e o reflexo no território. O foco do projeto é unir esforços, trazer essas metodologias testadas em outros lugares do mundo, em outros estados, cidades, alguns no Brasil, para que o Governo do Estado possa lidar melhor com as suas políticas públicas, adaptar, reformular, criar novas políticas, novos projetos com foco nessas agendas globais, especificamente, na Agenda 2030, que inclui os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, os ODS, e a nova Agenda Urbana que trás diretrizes relacionadas ao planejamento urbano e a gestão das cidades. As agendas são conhecidas por todos. A Agenda 2030 a que é composta dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e organizada em torno de cinco Ps. Os ODS foram pensados no que se chama Mandala dos cinco Ps: pessoa, paz, prosperidade, planeta e parceria. Hoje os projetos buscam responder a um ou mais ODS e a esses Ps da Agenda 2030. Vale ressaltar que os ODS não são pensados de forma individual, são interdependentes. E à medida que se trabalha um ODS resvala positivamente no cumprimento dos outros ODS. E além dos objetivos que são temáticos, como a erradicação da pobreza, saúde, educação, igualdade de gênero, água, saneamento, cidades, vida na terra, vida na água, mudança climática, redução das desigualdades. São vários temas além desses ODS que têm uma meta de cumprimento até 2030 e se está na década de ação nos últimos dez anos para cumprir esta agenda. Tem outra agenda global que é a nova agenda urbana que mostra como alcançar esses ODS, porque esses ODS são como um ponto final até 2030 onde se que chegar, mas não dizem como chegar. São compostos por metas para facilitar o monitoramento e análise da tendência de cumprimento ou não desses ODS. Mas a nova agenda urbana por sua vez mostra como chegar, como cumprir os objetivos até 2030 com uma série de princípios e diretrizes para governos, sobretudo governos subnacionais. O objetivo da proposta deste projeto é reforçar a resiliência urbana e a sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro a partir do cumprimento da Agenda 2030 nas cidades fluminenses. É um projeto que vai além do tema da resiliência com um foco muito grande na resiliência das cidades. São 3 objetivos específicos, o primeiro é focado no desenvolvimento de capacidade de gestores, técnicos do governo estadual e dos municípios do estado, com o objetivo de ampliar as competências dos

governos municipais fluminenses para trabalharem seus projetos e políticas a partir das metodologias e das diretrizes dessas agendas globais; o segundo, qualificar o Estado para implementar uma estratégia de resiliência urbana e climática para as cidades fluminenses. Este é mais específico no tem da resiliência urbana que é um conceito que tem duas grandes linhas de atuação, uma da prevenção, que é a análise dos possíveis choques, os possíveis desequilíbrios que uma cidade pode sofrer a partir de eventos extremos climáticos e uma segunda linha de ação de como recuperar rapidamente de uma eventual destruição, de uma eventual ocorrência daquele risco. Então, a resiliência trabalha essas duas linhas, a prevenção e a mudança para voltar ao status quo desses municípios. E o terceiro é focado na ampliação das capacidades das comunidades locais fluminenses e foi pensado junto com o Governo do Estado na importância de envolver a sociedade, de ir além do Governo do Estado e dos próprios municípios, trazendo jovens, adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiências, mulheres, meninas, para trabalhar, envolver e entender o papel de cada um na resiliência urbana e climática. O projeto tem 3 grandes metas, 3 grandes resultados esperados, a reformulação de políticas públicas, um fundo de desenvolvimento de estratégias para o desenvolvimento urbano e a estratégia de resiliência urbana e climática em territórios priorizados. E cada um desses resultados ou metas tem uma série de produtos para alcançar esses resultados e, por sua vez, os objetivos específicos e objetivo geral. Então, no primeiro, de formulação de políticas públicas, tem alguns produtos como, um quadro de monitoramento e alinhamento das ações, e, esse produto, dialoga com o Observatório. O Observatório dos ODS, a proposta é pensar numa matriz dos indicadores, como monitorar, como avaliar os projetos, as políticas públicas, o orçamento, o PPA, à luz dessas agendas globais, um relatório local dos ODS. Existe uma metodologia global de como fazer relatórios locais, estaduais, nacionais, regionais, mundiais, relacionados aos ODS. Partiu, então, um convite do próprio Governador no lançamento da Conferência da Rio 2030, onde foi acordado o Estado fazer esse relatório local dos ODS focando nos municípios. O objetivo seria que os municípios respondam sobre os seus desafios e busquem soluções compartilhadas, soluções inovadoras que possam trabalhar, inclusive, conjuntamente. Um programa de recomposição com moeda digital focada na Agenda 2030, cujo objetivo é criar um programa de recompensa, por exemplo, para reduzir o lixo, para reduzir a contaminação dos rios, e ter alguns estabelecimentos credenciados que possam usar uma moeda digital criada com base nos ODS. Isso é algo inovador. Na segunda meta de desenvolvimento de estratégias tem alguns produtos relacionados a treinamento técnico, a capacitação sobre resiliência, avaliação de riscos e resiliência local. A proposta é se trabalhar em 3 territórios, especificamente, no tema da resiliência, workshop locais com os municípios e o desenvolvimento de plano de ação de resiliência focado nos 3 territórios da proposta. E por último a estratégia de resiliência urbana e climática, essa meta ou resultado esperado é a que dialoga, sobretudo com a comunidade e, indo além do poder público, do governo do estado e dos próprios 92 municípios fluminenses. E no terceiro, a proposta é trazer os jovens, é trabalhar pensando no papel deles como promotores e defensores, multiplicadores do conhecimento focado na prevenção do meio ambiente, projetos arquitetônicos em espaços públicos e também recuperando o poder dos espaços públicos, como espaços de convivência e inclusão social através de games, jogos de realidade virtual. Trabalhar com jovens como eles gostariam que fosse o seu espaço público, que pode ser uma praça, a beira de um rio, qualquer espaço que faça sentido para aquela comunidade. E por fim a moeda digital do programa de recompensas, a moeda criada buscando trazer recompensas que contribuam para o aumento da resiliência urbana do Estado do Rio de Janeiro. Então, ao final do projeto é esperado que as autoridades locais, estaduais tenham melhorado as habilidades para formular políticas públicas e projetos que acelerem o cumprimento dessas agendas globais com foco no tem da resiliência urbana. Os 3 territórios, sobretudo para aqueles produtos relacionados a resiliência, como plano de ação, a metodologia específica de como desenhar esse plano de ação e o diagnóstico de resiliência e a proposta de que esses 3 territórios: a região serrana,

Petrópolis, Teresópolis, Friburgo; a costa verde, Angra dos Reis e Paraty; a baixada fluminense, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Belford Roxo, que são territórios que sorem repetidamente problemas relacionados com inundações, enchentes, chuvas, erosão do solo, deslizamentos de terra, uma série de desafios, mostrando que são municípios com uma resiliência urbana bastante limitada e que portanto precisa ser melhorada. É um projeto com proposta de duração de 40 meses para fazer todos os produtos e de maneira participativa em conjunto om o jovem do Estado e municípios, com um orçamento de R$ 8.728.428,66 para financiar todas essas atividades, incluindo desafios, plano de ação, os workshops, os treinamentos, as oficinas de gameficação, os projetos arquitetônicos de espaços públicos em diversas partes do Estado, não seria somente um, a ideia é envolver o máximo de municípios e comunidades. Finaliza, voltando a palavra para o Presidente e para a Subsecretária Ana, que agradece a UNO-Habitat por ter se dedicado na construção deste projeto, com a experiência que tem de outros países e que já foram testadas. E para o Estado é muito importante quem pensa política pública estadual e vai até o nível do território, até o nível do morador daquela comunidade, que pensa a comunidade. Finalizando, agradece a Rayne e ao Fábio que faz parte da equipe da UNO-Habitat. O Presidente abre para os Conselheiros para dúvidas, aproveitando para cumprimentar o Conselheiro Markus da Apedema e perguntando, em seguida, se tem alguma observação sobre o projeto. O Conselheiro informa que está substituindo a Dra. Claudia Valente que teve um problema de saúde. Em seguida, diz que gostaria de ver a pauta com mais antecedência, reconhece a correria, sabe que tem data. E lembra a todos que a Apedema nasceu em 74 e em 85 teve o estatuto consolidado, mas só em 91 foi registrado por causa de uma demanda, a Rio-92. Prossegue dizendo que tudo o que foi sonhado antes de 92 ainda não chegou. Hoje tem 92 municípios e ainda tem município que não tem secretaria do meio ambiente, ou seja, todas aquelas metas não foram cumpridas até hoje. Então, de repente, hoje, nesta reunião superimportante, é apresentada esta proposta que a Apedema não tinha conhecimento. Então, por não ter tido ciência a tempo, a colocação da Apedema é de que o assunto necessita de maior esclarecimento, que está muito acelerado, que seria necessário sentar primeiro e fazer um passo a passo. Essa é a colocação da Apedema. O Presidente passa para a Conselheira Andrea, que parabeniza a apresentação e afirma que tem duas questões para levantar sobre a integração deste projeto com os demais aprovados no Fecam. E o fortalecimento da questão do plano de ação para essas prefeituras que estão em área de vulnerabilidade. Esta é uma pauta, principalmente, de resiliência climática, a própria Secretaria já tem um estudo de vulnerabilidade das mudanças climáticas feitos no passado, com criação de índices de susceptibilidade de cheias, de chuvas. Então, usar os recursos que já foram levantados em outros estudos e outros projetos na própria Secretaria, para contribuir com este projeto que é tão interessante e estruturado. E fortalecer os planos de ação para os municípios. Apoiar os municípios, porque, principalmente, as mudanças climáticas é uma agenda muitas vezes negligenciada na gestão pública municipal. O projeto é uma oportunidade de ser engajada nesta agenda. Finaliza, parabenizando a todos sobre o projeto. O Presidente pergunta se o Conselheiro Allan tem alguma dúvida, que responde que não. Coloca, então, para deliberação do projeto que é aprovado pelos Conselheiros da Firjan e da Sefaz, e devido a Apedema não ter sido convidada, antes, para ouvir este projeto, a Apedema vota contrário à sua aprovação. O projeto é aprovado por maioria. Prosseguindo, passa para o próximo Projeto. **2.2 – Proponente: Inea/Dirram – Projeto "Elaboração de projeto executivo e obras de urbanização do Parque Linear Tuim, Cachoeira de Macacu - RJ" – Prazo: 9 meses – Valor R$ 4.585.196,94 – Processo: SEI-070002/005556/2022 -** O projeto será apresentado pelo Gerente de Projetos da Dirram/Inea Sr. João Rocha, que inicia cumprimentando a todos e gradecendo a oportunidade de estar apresentando este projeto. Prossegue, explicando que essa ação de intervenção em Cachoeira de Macacu vem no bojo de uma série de ações que a Dirram está promovendo nessa bacia, em especial na cidade de Cachoeira de Macacu. Esta ação vem fortalecendo a APA Macacu,

que tem abrangência territorial muito grande, englobando as faixas marginais de todos os rios da bacia do rio Macacu. As demandas encaminhadas à Dirram, desde o Mirante que será construído pela FMA, a intervenção no bairro da Ribeira de macrodrenagem e essa é uma intervenção que tem o caráter de transformação do espaço, promovendo qualidade de vida e o fortalecimento da agenda ambiental na cidade. O rio Macacu quando desce a serra tem um trecho bastante preservado e logo que adentra a cidade de Cachoeira de Macacu, tem uma área bem urbanizada e alguns trechos do rio ainda estão com uma frente preservada. Este trecho escolhido para fazer essa intervenção é situado no bairro Tuim e uma das laterais ainda contém bastante mata ciliar e no outro lado, já a cidade se aproximou muito da faixa. Essa extensa margem hidrográfica que o município tem, a bacia do rio Macacu, com diversos corpos hídricos, tem esses trechos mais vulneráveis, que estão localizados no centro da cidade. A ideia é fortalecer essa área com espaço público, que vem sofrendo influência do crescimento desordenado, daí a transformação num Parque Linear, a exemplo do que está sendo feito no rio Sacra Família, em Mendes. O objetivo geral, continua, é desenvolver um estudo junto com a Prefeitura de Cachoeira de Macacu. Foi desenvolvido um projeto básico. A ideia seria contratar um projeto executivo e as obras de urbanização desse parque. O objetivo específico é dotar o município dessa área que é um parque linear que aproxima a população do principal corpo hídrico que cruza a cidade, valorizando a qualidade de vida e fomentando a consciência ambiental da população. Os serviços nesse contrato incluem toda parte de serviço de campo, investigação geotécnica, projeto executivo e a execução das obras que vão contemplar a construção de um deque. A faixa marginal é estreita, entre a rua e a calha do rio, a exemplo da mesma implantação que foi sugerida no rio Sacra Família. Implantação de paisagismo, área urbana, iluminação pública e atividades junto a prefeitura para ações de educação ambiental. O contrato se encerra com As Built. A justificativa já foi feita no início da apresentação, mas reforçando que Cachoeira de Macacu tem no centro urbano poucos espaços e se quer preservar os trechos que estão com a faixa marginal, a vegetação, a mata ciliar preservada e consolidar esses espaços como áreas de lazer. O custo total do projeto, que tem toda etapa de estudos, projetos e execução de obras, é de R$ 4.585.196,94, estimando 9 meses para realizar essa intervenção. Finaliza se colocando à disposição para qualquer dúvida. O Presidente explica que este é um tema caro para o Inea, a ocupação antrópica das margens dos corpos hídricos e a desordem na lei de uso da ocupação do solo que pode acarretar tragédias, como se vê na região serrana. E é importante que se consiga continuar qualificando as margens e evitar elas sejam ocupadas para depois não só dificultar o trabalho de limpeza daqueles corpos hídricos, mas também aumentar a velocidade do escoamento de água, da quantidade de escoamento das águas. Finaliza, parabenizando a Dirram pelo projeto que está agindo na causa e não nas consequências. Em seguida, inicia a deliberação do projeto perguntando aos Conselheiros se têm alguma consideração, alguma dúvida e os Conselheiros Andrea e Allan ressaltam a importância do projeto e o Presidente acrescenta que é muito importante as soluções baseadas na natureza, as soluções verdes, ao invés da solução cinza que trata o efeito, a consequência. O Conselheiro Markus pergunta se o projeto tem algum vínculo, parceria com a Prefeitura, com o comitê de bacia. O Presidente responde que pela apresentação existe a parceria com a Prefeitura e o Gerente João Rocha completa que diretamente com o comitê de bacias não. Houve articulação, algumas reuniões com representantes da prefeitura e da APA Macacu e outras entidades da sociedade civil. E a Secretaria de Meio Ambiente forneceu os estudos preliminares, o levantamento arbóreo, diagnóstico ambiental e indicou essa área como a área a ser utilizada para a intervenção. Mas participação direta do comitê de bacias não, só se por parte da prefeitura de Cachoeira de Macacu, mas com o Inea só a APA Macacu e a Secretaria de Meio Ambiente, Obras e Turismo de Cachoeira de Macacu. O Conselheiro Markus aprova, então, o projeto e parabeniza pela apresentação. O Presidente considera o projeto aprovado por unanimidade, passando, em seguida, para o próximo item da pauta. **2.3 - Proponente: Inea/Dirram – Projeto "Projeto**

executivo e obras de macrodrenagem do rio Calombé, Duque de Caxias – RJ"– Valor: R$ 85.188.436,93 – Prazo: 24 meses – Processo: SEI-070002/005555/2022. A apresentação continua a ser feita pelo Sr. João Rocha, explicando que a Dirram vem trabalhando nessas obras estruturantes e que no ano passado no Fecam, foram aprovadas obras importantes na mitigação, como no Programa Limpa Rio. Mas há muito tempo não se faziam obras de macrodrenagem. Em 2021 foi iniciado o trabalho do rio Roncador, um rio importante na bacia do rio Saracuruna-Estrela, em Duque de Caxias; o canal dos Colonizadores, em Belford Roxo, que está no âmbito das ações previstas no projeto Iguaçu. Depois a Dirram atuou na região leste do Rio de Janeiro, a obra do rio Registro e Viegas, uma solução cinza de macrodrenagem, mas com uma importância grande para a mitigação das inundações e, agora essa obra que é uma demanda antiga, um rio que trouxe muitas questões e ações civis públicas junto ao Ministério Público Estadual, que é o rio Calombé. Este rio ficou conhecido no começo do ano 2000, como o rio que pega fogo devido a quantidade de rejeitos industriais que eram aportados nele, acontecendo o fenômeno da autocombustão no espelho d'água. Passando esses anos foi percebida a inação e a incapacidade do poder público de intervir, e uma ocupação dessas margens com condições insalubres. O rio Calombé originalmente foi planejado para ser uma via canal e acaba funcionando como um binário em relação a avenida Washington Luiz, que segue paralelo a via Washington Luiz. Ele é afluente do rio Pilar importante para a macrodrenagem, para a bacia do rio Iguaçu-Sarapuí. Onde a Dirram vem fazendo algumas ações importantes nos polderes. Esta obra não está desconectada nas intervenções que estão sendo feitas nos polderes ao redor do rio Iguaçu, entre eles o polder do Pilar que recebe toda essa vazão. De elemento completar a Dirram trouxe a reestruturação dessa via canal, trazendo um componente de mobilidade urbana, restabelecendo esta passagem que hoje está obstruída em alguns trechos da margem, e equipando com calçamento, guarda-corpo, vegetação e uma ciclovia, que vai ser uma das maiores ciclovias no município de Duque de Caxias, promovendo a qualidade de vida. Na maré baixa, quando o rio tem sua vazão mais baixa, uma concentração altíssima de esgotos e rejeitos industriais, poluentes. Não é mais o rio que pega fogo, mas ainda é uma situação muito complicada para a população que vive nessas margens. O trecho mais a jusante, onde a Dirram vai fazer uma intervenção mais natural. Só para esclarecer que esta obra é diferente do rio Roncador onde se promoveu uma canalização fechada e nessa está se fazendo uma canalização aberta com um trecho de galeria de concreto, mas quando chega no seu trecho mais a jusante perto do rio Pilar, só vai receber uma conformação de calha e recuperação de suas margens naturais. Os objetivos são para garantir a melhoria e o bem-estar dos usuários, dos locais; aumentar a capacidade de vazão do sistema de macrodrenagem dessa bacia; minimizar as enchentes e alagamentos que acontecem do meio e do final à jusante e de uma forma geral promover a melhoria urbana, no sentido da mobilidade, com uma via canal que se torne um símbolo, um marco dessa recuperação dos rios da baixada. As atividades previstas estão detalhadas no material entregue aos Srs. Conselheiros, mas é bom complementar, o projeto básico é muito bom, encaminhado pela Prefeitura de Caxias e verificado pela equipe da Dirram, sob o ponto de vista da macrodrenagem. E a Dirram está estudando este projeto há cinco meses e a execução das obras contempla o desfazimento, porque essas casas estão em cima do trecho da intervenção; a canalização em galeria aberta e o trecho final sessão trapezoidal aberta, que é a adequação da calha e o desassoreamento; a pavimentação dessa via canal; a urbanização do entorno, a ciclovia, e toda iluminação, para a aspecto de segurança pública é muito importante. O custo total é de R$ 85.188.436,93 e o prazo de execução de 24 meses. O Gerente conclui chamando atenção que essa é uma obra que impacta aproximadamente 1,5 milhão de habitantes. Agradece e finaliza sua apresentação. O Presidente abre para perguntas e os Conselheiros Andrea e Allan informam que não têm perguntas. O Conselheiro Markus comenta que se fala de gestão compartilhada, a questão da governança e de repente não se vê uma chancela, um comitê e aqueles usuários que pagam e não vêm o recurso como ele é

utilizado nessa área. E diz que não viu a chancela de um comitê no território. Ainda está faltando esse diálogo, esse olhar da governança. Conclui dizendo que o projeto foi bem apresentado, parabeniza e informa que a Apedema apoia o projeto. O Presidente informa que vai anotar as recomendações, dizendo que se tem, efetivamente, diálogo com os comitês sobre vários projetos, mas irá conversar com a Diretoria de Recuperação Ambiental para que as intervenções nos corpos hídricos venham acompanhadas desse diálogo com os comitês. O Conselheiro Markus diz que esse diálogo é a primeira porta para se caminhar juntos e que tem que estar sempre aberta. O Presente prossegue com a liberação do projeto e os Conselheiros Andrea e Allan também aprovam o projeto, que está aprovado por unanimidade. Continuando, explica que o quarto projeto foi retirado da pauta, passando para o último item da pauta. **Item 3 - informe – Transferência de titularidade do projeto "Programa de Reaproveitamento de Óleos Vegetais do Estado do Rio de Janeiro – PROVE", aprovado em 14/11/2007, da gestão do Inea para a Subsecretaria de Saneamento Ambiental da Seas**. Antes de terminar a reunião, o Gerente João Rocha acrescenta agradecendo a deliberação do Conselho, reforçando que os contatos com os comitês de bacia são importantes e serão observados na Diretoria. O Presidente conclui o informe, e não havendo mais qualquer consideração, o Presidente dá como encerrada a reunião, agradecendo a participação de todos.

PHILIPE CAMPELLO COSTA BRONDI DA SILVA
Vice-Presidente do Conselho

ANDREA GALHEGO
Representante Suplente da FIRJAN

ALLAN CRISTIANO DOS SANTOS
Representante Suplente da SEFAZ

MARKUS WOLFJDUNKELL BUDZKZ
Representante Suplente da APEDEMA